

Uwe Wegner

EXEGESE DO NOVO TESTAMENTO
MANUAL DE METODOLOGIA

3ª edição

2002

Capítulo I: Definições e pressupostos

1.0-0 que significa "exegese"?

Os dicionários comumente definem o termo "exegese" como "comentário ou dissertação para esclarecimento ou minuciosa interpretação de um texto ou de uma palavra". O termo deriva-se da palavra grega *εξήγησις/exegesis*, que tanto pode significar apresentação, descrição ou narração² como explicação e interpretação. Quando se fala de exegese bíblica, entende-se o termo sempre no segundo sentido aludido, ou seja, como explicação/interpretação. **Exegese é, pois, o trabalho de explicação e interpretação de um ou mais textos bíblicos**[^]

O fato de usarmos o termo técnico "exegese" para o trabalho de interpretação de textos bíblicos deve-se ao caráter mais específico deste trabalho interpretativo: trata-se de uma interpretação "minuciosa", como assinala acima Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, ou seja, de uma explicação que procura fazer uso de vários recursos e instrumentos científicos para entender o texto das Sagradas Escrituras. A exegese distingue-se, portanto, de outras interpretações bíblicas pelo seu caráter mais científico, detalhado e aprofundado.

1.1 - Exegese e hermenêutica

A palavra "hermenêutica" origina-se do verbo grego *ερμηνεύω/hermeneuein*, cujo significado é igual ao da palavra exegese, ou seja, "interpretar". Hermenêutica significa, pois, interpretação. Contudo, deve-se salientar uma diferenciação: a hermenêutica bíblica designa mais particularmente os princípios que regem a interpretação dos textos; a exegese descreve mais especificamente as etapas ou os passos que cabe dar em sua interpretação⁴. O presente manual não tem por objetivo a apresentação dos pressupostos ou princípios hermenêuticos da interpretação bíblica, para o que já existem várias publicações⁵. Procura, isto sim, oferecer os recursos metodológicos necessários a estudantes de teologia para compreender, aplicar e tirar o melhor proveito possível dos passos usualmente empregados na exegese.

1.2 - A tarefa da exegese

Muitas pessoas são desestimuladas de ler e refletir sobre a Palavra de Deus por acharem-na muito difícil, estranha e contraditória. Essa impressão negativa que a Bíblia desperta nas pessoas está fundamentada em uma série de motivos, entre os quais citamos os seguintes:

- A Bíblia foi escrita numa época muito distante da nossa, num estágio civili-zatório diferente do atual.
- Também a cultura da maioria dos textos bíblicos não corresponde à nossa cultura ocidental, mas, sim, à cultura própria do Oriente. Por isso temos dificuldades em entender uma série de costumes, valores, modos de pensar e agir encontrados na Bíblia.
- A distância que nos separa do período bíblico é também responsável pelo nosso parcial desconhecimento de uma série de *grupos* (p. ex.: fariseus, saduceus, zelotas, samaritanos, batistas, etc.) e *instituições* (p. ex.: templo, sinagogas, casa/ família, sinédrio, festas, etc.) da época bíblica. O mesmo vale em relação às situações e instituições sociais, políticas e económicas existentes no passado.

A exegese quer ajudar a compreender os textos bíblicos, apesar da distância de tempo e espaço e das diferenças culturais. Neste particular, compete à mesma reunir o maior número possível de informações sobre as particularidades culturais, sócio-políticas e religiosas necessárias à compreensão dos textos. Para alcançar este objetivo, o e a exegeta podem usar uma série de ciências auxiliares, como a filologia, papirologia, paleografia, arqueologia, geografia, história comparativa das religiões, etc. Podemos dizer que:

A primeira tarefa da exegese é aclarar as situações descritas nos textos, ou seja, redescobrir o passado bíblico de tal forma que o que foi narrado nos textos se torne transparente e compreensível para nós que vivemos em outra época e em circunstâncias e cultura diferentes.

Mas não é só a distância histórica que torna necessária uma interpretação mais cuidadosa e aprofundada da Bíblia. O segundo motivo reside em nós mesmos, ou seja, em nossos condicionamentos culturais, religiosos e ideológicos. Ninguém consegue interpretar textos bíblicos de forma neutra e completa-mente objetiva. A interpretação que realizamos está condicionada pelas lentes que usamos. Assim, uma pessoa com orientação evangelical ou carismática irá interpretar um texto de forma diferente de uma pessoa que se alinha com a teologia da libertação. Uma pessoa com formação pietista ressaltará coisas diferentes que um evangélico ou católico tradicional. Da mesma forma, dificilmente serão iguais as interpretações realizadas por pobres ou ricos, por homens ou mulheres, por brancos ou negros. A interpretação da Bíblia estará sempre condicionada por nossa história de fé, de cidadania, de classe, de cor, de etnia e de género, com a qual nos identificamos em maior ou menor escala. Estes condicionamentos e pré-compreensões são as lentes que trazemos conosco ao interpretar os textos bíblicos. Apesar de serem inevitáveis, eles escondem um perigo: o de não conseguirmos mais dar ouvidos ao que os próprios textos realmente querem dizer, mas de ouvirmos apenas o que gostaríamos que os textos dissessem. A Bíblia corre, assim, o perigo de ficar totalmente à mercê dos seus intérpretes. A exegese sempre desempenhará, portanto, um papel crítico frente às tendências de explicação de seus e suas intérpretes. Com isso, dizemos que:

A segunda tarefa da exegese é permitir que possa ser ouvida a intenção que o texto teve em sua origem.

Intimamente relacionada com esta segunda tarefa está uma terceira, de caráter eclesial e ecumênico. As várias confissões distinguem-se entre si por priorizarem determinados textos, certas linhas de interpretação e conteúdos específicos da Bíblia. Na medida em que interpreta cuidadosamente os textos, a exegese pode oferecer importantes subsídios para as igrejas verificarem ou revisarem suas opções. A exegese seria levar-nos-á sempre a um confronto sadio com posições ou alternativas de interpretação confessionais diferentes da nossa, podendo oferecer importante respaldo para os esforços de aproximação doutrinal e ética entre as igrejas.

A terceira tarefa da exegese é verificar em que sentido opções éticas e doutrinárias podem ser respaldadas e, portanto, reafirmadas, ou devem ser revistas e relativizadas.

1.3 - Exegese e leitura popular da Bíblia⁶

Assim como é proposta neste manual, a exegese dificilmente pode ser realizada por pessoas que não tenham formação teológica acadêmica, já que ela pressupõe o uso de um instrumental científico não acessível a todos. Isto não pode significar, contudo, que a exegese vire assunto de letrados e para letrados. Ela deve ter uma finalidade comunitária e popular, exatamente no sentido de poder melhor respaldar, confirmar, alimentar e animar, mas eventualmente também redirecionar, corrigir ou relativizar as expressões e convicções de fé das comunidades. A exegese pode, assim, oferecer importantes subsídios para a leitura popular dos textos bíblicos.

A leitura popular, por sua vez, é de suma importância para o exegeta. O povo, embora não tenha formação teológica acadêmica, tem *saber teológico* e, independentemente dos exegetas, interpreta os textos bíblicos a partir de sua experiência de fé dentro da sua vida diária⁷. Quanto mais o exegeta comungar e participar dessas experiências e de suas correspondentes interpretações de textos, tanto mais apto estará para fazer do exercício de sua própria interpretação um trabalho sensível aos clamores, às perguntas e necessidades concretas das comunidades eclesiais.

Há, apesar dessas convergências, uma diferença básica entre exegese e leitura popular da Bíblia: enquanto que a leitura popular é um exercício de interpretação eminentemente prático, direcionado para descobrir a mensagem dos textos para o hoje da fé e do discipulado, a tarefa do exegeta consiste prioritariamente em desvendar o sentido que tinha o texto para o local, a época e as comunidades em que foi formulado pela primeira vez. Este condicionamento do exegeta exigirá do mesmo - dentro de um trabalho científico *acadêmico* -

a comprovação de suas afirmações, a apresentação de argumentos e a fundamentação das opiniões emitidas⁸.

A leitura popular da Bíblia logrou enriquecer-nos com uma série de intuições e orientações que visam assegurar uma leitura da palavra de Deus mais engajada e sensível à realidade do povo e de suas expressões de fé. Carlos Mesters e muitos outros e outras legaram-nos algumas diretrizes fundamentais para que a palavra de Deus não seja lida e estudada de forma alienante, mas comprometida, apontando para uma série de perigos e, simultaneamente, para os meios de superá-los. Como esses perigos e suas correspondentes superações são do interesse imediato também para pessoas que procuram fazer exegese a nível acadêmico, procuramos destacar alguns deles, quais sejam:

Q *Prisão da letra*. Pressupõe uma concepção mecânica de inspiração e de inerrância, não levando a sério a encarnação da palavra de Deus (exemplo: o fundamentalismo). A maior característica deste tipo de leitura é a falta de crítica. Superação: leitura crítica da realidade e dos textos bíblicos.

D *Dependência do saber de outros e outras intérpretes*. A dependência exagerada do saber alheio perpetua complexos de ignorância e inferioridade. Superação: ter consciência de que Deus dá o seu Espírito a cada pessoa, independentemente de sua condição cultural ou social (At 2.17s), possibilitando uma maturidade em relação à expressão de fé;

D *Dependência da ideologia dominante*. Esta encontra-se veiculada, sobretudo, pelos modernos meios de comunicação, como os jornais, rádio e televisão. Superação: não pode haver leitura libertadora da Bíblia sem

- a) uma prévia libertação do cativo da nossa mente e do nosso pensar, atrelados àquilo que outras pessoas e grupos desejam que pensemos e creiamos (cf. Rm 12.1-2): o caminho da conversão passa necessariamente pela cabeça!, e
- b) sem uma leitura a partir do lugar social das pessoas e grupos oprimidos e empobrecidos, já que os mesmos constituem as vítimas preferenciais da ideologia dominante.

De qualquer forma, sem libertação do cativo da nossa mente e sem uma reflexão sobre os textos a partir das pessoas e grupos inferiorizados, a leitura bíblica será sempre leitura ingênua e facilmente manipulável.

Q *Estudo sem fé e compromisso comunitário*. Este tipo de leitura pode apresentar boas ideias, mas carece de um efetivo esforço pela transformação da realidade. Sua maior característica é o descompromisso comunitário e social. Superação: *leitura militante*, atenta às denúncias da Palavra de Deus, bem como aos seus apelos à conversão pessoal, eclesial e social.

Q *Estudo individualizado*. Este tipo de estudo abre portas para o subjetivismo e, em decorrência, para toda sorte de "achismos". Superação: "A única maneira correta de superar o subjetivismo é a *leitura comunitária*, pois esta nada mais é que o exercício (...) de elaboração coletiva pela qual se completa a limitada percepção de cada qual"⁹.

Q *Estudo intelectualizado*. Segundo Carlos Mesters, na exegese científica a fé não costuma ser um elemento constitutivo do processo de interpretação, e sim, sua condição prévia. Na leitura popular, ao contrário, a leitura da Palavra de Deus é sempre envolvida pela oração. Por isso, a superação de um tipo de leitura por demais intelectualizado é *a leitura orante*. Intui-se, desta forma, que "a descoberta do sentido não é fruto só da ciência, mas é também um dom de Deus através do Espírito. Dá-se lugar à ação do Espírito Santo na leitura e na interpretação da Bíblia"¹⁰.

2.0 - O referencial metodológico

Os métodos de leitura bíblica mais conhecidos são o *histórico-crítico*, o *fundamentalista* e o *estruturalista*. Cada um tem seus pontos positivos e suas deficiências. Os passos metodológicos propostos para a exegese neste manual fundamentam-se principalmente no método "histórico-crítico" e, parcialmente, no método "estruturalista". A seguir apresentamos uma pequena avaliação dos três métodos.

2.1-0 método fundamentalista

O **fundamentalismo** originou-se de um movimento desencadeado nos Estados Unidos após a Primeira Guerra Mundial. Seu objetivo era o de salvaguardar a herança protestante ortodoxa contra a postura crítica e célica da teologia liberal. Era do seu interesse reafirmar, com renovada convicção, doutrinas que considerava essenciais para o cristianismo, como a inerrância das Escrituras, o nascimento virginal de Jesus, sua ressurreição corpórea, sua expiação vicária e a historicidade dos seus milagres". O **método fundamentalista**², como o entendemos aqui, parte do pressuposto de que cada detalhe da Bíblia é divinamente inspirado, não podendo, em decorrência, apresentar erros ou incongruências. Esse método tende a absolutizar o sentido literal da Bíblia. Seu objetivo último é o de defender a Bíblia como o único referencial confiável e íntegro para a formulação da doutrina e ética cristãs. Seu aspecto positivo parece-nos residir na seriedade com que encara a revelação de Deus através de sua Palavra, na responsabilidade e no compromisso que exige frente à sua mensagem e na insistência de que um livro de fé dificilmente poderá ser interpretado de maneira correta sem o Espírito que rege esta mesma fé (cf. 2 Co 4.6). Contudo, por insistir unilateralmente na autoridade divina dos textos, o método apresenta pouca sensibilidade para a condição humana de seus autores, com tudo o que isto implica. O método também corre o perigo da "bibliolatria", ou seja, de uma idolatria à letra dos textos. No entanto, como adverte o apóstolo Paulo, o texto não pode virar um fetiche (cf. Rm 7.6; 2 Co 3.6). Por último, a relação do próprio Cristo com as Escrituras Sagradas do Antigo Testamento mostra que intérpretes cristãos não podem prescindir da avaliação crítica nem mesmo de textos sagrados (cf. Mt 5-7; 23.23; Mc 7.15; 10.2-12 e outros)¹³.

2.2-0 método estruturalista

O **método estruturalista**¹⁴ é entendido de modo parcialmente diferente por vários de seus adeptos, sendo empregado como método de análise sincrônica da Bíblia¹⁵. Mesmo que haja diversos tipos de análise estrutural, todos têm em comum o mesmo ponto de partida: "(...) vêem o texto como estrutura e organização que produz sentido para além da intenção de seu autor. Dedicam-se ao texto em si, levando em conta o fato de que todo texto tem uma identidade própria e uma autonomia, apesar de sua história (investigada pelos passos histórico-críticos)"¹⁶. O método estruturalista não prescinde necessariamente dos resultados da análise histórico-crítica. Dedicam-se, contudo, a responder a outras perguntas, a saber: "Como funciona o texto? Como produz seu sentido? Que se passa no texto em si? Que operações de lógica, afirmação, negação e oposição existem no texto?"¹⁷.

Este método, por via de regra, é considerado ainda de difícil assimilação. Positivamente, o seu valor reside no fato de fundamentar a validade de novas releituras e interpretações: cada texto carrega uma "reserva de sentido" a ser infinitamente explorada de forma inovadora por gerações posteriores¹⁸. Além disso, o método educa para uma leitura atenta do que realmente está escrito nos textos, evitando uma concentração unicamente em determinadas partes ou aspectos da narrativa. E, não por último, podem-se destacar ainda duas vantagens importantes: a primeira é que este método consegue devolver a várias narrativas uma dinâmica bem mais viva e diversificada entre ações praticadas e agentes envolvidos do que a interpretação costumeira logra captar. E a segunda consiste no fato de a análise estruturalista ter intensificado nossa percepção para a importância das *aposições* no texto como elementos determinantes dos eixos das narrativas.

Criticamente poder-se-iam ressaltar os seguintes aspectos:

1. Ao contrário do método histórico-crítico, em torno do qual já há um relativo consenso, o método estruturalista ainda se encontra bastante aberto, apresentando propostas bastante diversificadas. Isto significa que a opção por este método implica, muitas vezes, ter que escolher entre uma série de propostas diferentes e ainda parcialmente desconhecidas ou estranhas aos/às exegetas.

2. Dependendo do método ao qual se adere, a análise estruturalista pode apresentar um alto grau de complexidade, exigindo um considerável investimento de tempo. Essa complexidade envolve tanto a terminologia, estranha à maioria das pessoas, quanto a natureza e o significado dos signos usados¹⁹. Segundo Berg, "a impressão que surge facilmente é a de que a interpretação linguística é de difícil acesso, compreensão e controle, e de poucos efeitos ao final de sua realização"²⁰.

3^ Muito criticado no estruturalismo é o seu desinteresse pela gênese e evolução histórica dos textos, o que torna o método "reducionista ao fazer a abstração da 'vida' do texto, sua história, seu contexto cultural, social ou religioso"²¹.

4. Outro ponto questionado é a centralidade que a "oposição" ocupa como categoria interpretativa por excelência da realidade²². Andrew Kirk²³ apresenta a seguinte crítica em relação ao uso da categoria da "oposição" no estruturalismo:

Por um lado a ideia da oposição dual explica bem várias categorias bíblicas - a vida e a morte; a luz e as trevas; descer e subir; amor e ódio; riqueza e pobreza; homem novo e homem velho; etc. Por trás das oposições está toda a dinâmica da atividade de Deus em Cristo mediando a reconciliação, a paz e a saúde. Por outro lado, a oposição não é a categoria metafísica definitiva. Existem dois perigos diferentes no esquema: ou aparecem as falsas oposições (por exemplo, matéria e Espírito; indivíduo e sociedade; unidade e pluralidade) ou as oposições parecem falsas (como no misticismo oriental) ou reconciliáveis (como no universalismo teológico). O modelo que controla a relação entre a estrutura profunda e a realidade cotidiana é a auto-revelação de Deus. O modelo não é criado por razões funcionais, mas, sim, ele próprio cria. Não é impessoal, mas pessoal. Toda a exegese relaciona-se estreitamente com o ser e o fazer de Deus. Evitando as pressuposições da modernidade fixadas na disciplina, o estruturalismo pode ser usado como uma ferramenta heurística, revelando diferentes etapas no sentido da narrativa.²⁴

Observação: O presente manual incorpora em alguns dos seus passos exegéticos ideias e propostas do estruturalismo, sobretudo dentro da análise literária (estruturação dos textos: p. 88-93) e da análise das formas (intencionalidade dos textos: p. 174-176). Além disso, apresenta em um excursão a metodologia usada pelo estruturalismo na interpretação do conteúdo dos textos (veja as p. 248-259).

2.3 - O método histórico-crítico

O método histórico-crítico²⁵ será o método priorizado no presente manual. É o método mais usado em análises diacrônicas da Bíblia. Denomina-se de método "histórico-crítico" pelas seguintes razões:

- a) É um método **histórico**, em primeiro lugar, porque lida com fontes históricas que, no caso da Bíblia, datam de milênios anteriores a nossa era. Em segundo lugar, porque analisa estas mesmas fontes dentro de uma perspectiva de evolução histórica, procurando determinar os diversos estágios da sua formação e crescimento, até terem adquirido sua forma atual. E, em terceiro lugar, porque se interessa substancialmente pelas condições históricas que geraram essas fontes em seus diversos estágios evolutivos.
- b) É um método **crítico** no sentido de que necessita emitir uma série de juízos sobre as fontes que tem por objeto de estudo. A "crítica" usada neste método foi, em seus inícios, uma crítica dirigida contra a interpretação alegórica da Bíblia na Idade Média, em favor, sobretudo, de um aprofundamento do seu sentido literal. Os reformadores adicionaram a essa crítica ainda uma outra, que visava relativizar as interpretações

bíblicas oferecidas pela tradição eclesiástica. Isto levou à convicção de que a Bíblia devia ser interpretada unicamente a partir de si própria. A concentração sobre o sentido literal da Escritura, no entanto, levou os reformadores à constatação de certas tensões e mesmo contradições entre os vários livros bíblicos, em função do que se estabeleceu como critério de discernimento para a verdadeira revelação de Deus tudo aquilo que continha, apontava e testemunhava a Cristo como Senhor²⁶. Aplicando esse critério, Martim Lutero julgou de menor valor escritos como Judas, Tiago, Hebreus e Apocalipse.

Na atualidade, o método caracteriza-se, sobretudo, por ser eminentemente racional e insistentemente questionador. Estas duas características explicam-se a partir do advento do iluminismo e da incorporação da pesquisa histórica das ciências em geral na pesquisa bíblico-teológica. Na época do iluminismo, a crítica bíblica dirigiu-se preponderantemente contra os condicionamentos da interpretação bíblica determinados por postulados dogmáticos defendidos pelas igrejas. Para o iluminismo, verdadeiro era o que estava de acordo com a razão e o que podia ser deduzido e explicado racionalmente. O método histórico-crítico, influenciado pelo iluminismo, tornou-se profundamente racional. No final do século XIX, o teólogo Ernst Troeltsch formulou alguns dos princípios que deveriam nortear a teologia e a ciência bíblica como ciências históricas, à semelhança de outras ciências não-teológicas. Segundo Troeltsch, os princípios que regem as análises históricas fundamentam-se nos seguintes pressupostos²⁷:

1) **A crítica:** Este pressuposto sustenta que no campo histórico não existem juízos absolutos, mas somente juízos prováveis, sendo que o grau de probabilidade pode variar de acordo com o assunto. Isto implica que também os resultados a que se pode chegar com a pesquisa histórica não podem reivindicar certeza absoluta. Em decorrência, os pesquisadores e as pesquisadoras apresentarão sempre *uma dúvida metódica* e eventuais questionamentos em relação àquilo que é objeto de suas análises. A aplicação deste pressuposto às tradições religiosas e bíblicas implica que também os seus conteúdos e suas formas serão estudados criticamente, ou seja, serão submetidos a juízos de maior ou menor probabilidade histórica.

2) **A analogia:** O pressuposto da analogia é essencial para possibilitar a crítica histórica. Segundo o princípio da analogia, a facticidade histórica de fenômenos é tanto maior, quanto maior for a concordância entre estes e outros fenômenos facilmente atestáveis e verificáveis. De acordo com Troeltsch,

os fenômenos que a crítica pode reconhecer como tendo efetivamente ocorrido têm uma marca que os torna prováveis. Esta característica é sua concordância com fenômenos e situações normais, corriqueiras e diversas vezes atestadas e conhecidas. A verificação de analogias entre acontecimentos semelhantes do passado dá a possibilidade de atribuir-lhes probabilidade e de explicar o que é desconhecido num lugar pelo que é conhecido noutro lugar.²⁸

3) **A correlação:** Este pressuposto entende que todos os fenômenos se encontram em relação de dependência mútua. Isto implica, em palavras de

Troeltsch, que "não pode haver mudança em um ponto sem que, anterior ou posteriormente, ocorra mudança em outro ponto, de sorte que todos os acontecimentos estão em um nexos contínuo e correlacionado (...). Cada acontecimento está relacionado a outro"²⁹.

A aplicação desses três pressupostos às tradições bíblicas e teológicas implica, para Troeltsch, uma revolução do nosso modo de pensar em relação à Antiguidade e à Idade Média. Ele afirma literalmente:

Esta, a história, contém uma nova postura em relação ao intelecto humano e a suas produções ideais. Em todos os lugares o método histórico desaloja a antiga postura absoluta ou dogmática, que considerava determinadas situações e pensamentos como evidentes, tornando-os normas imutáveis e absolutas. O método histórico considera também aquilo que aparentemente é o mais evidente e os poderes que dominam o maior número de pessoas como produtos da corrente da história.³⁰

A partir da incorporação da metodologia de pesquisa histórica aplicada também a outras ciências na ciência bíblico-teológica, explica-se a segunda característica atual do método histórico-crítico, ou seja, a sua atitude de dúvida e questionamento frente às tradições e aos conteúdos a serem analisados.

A aplicação rígida dos princípios da historiografia profana às tradições sagradas logrou alguns avanços indiscutíveis no melhor conhecimento das tradições e dos textos bíblicos, bem como de sua gênese histórica e condicionamentos culturais. Sem essa "crítica" aplicada de maneira sistemática à Bíblia, dificilmente teríamos hoje em dia os inestimáveis avanços em áreas como a da crítica textual³¹, crítica literária³² e crítica redacional³³. A sistemática aplicação do critério da analogia desvendou, a um só tempo, a proximidade e o distanciamento da religião e fé cristãs de outras crenças do Oriente e Ocidente na época de Jesus. A crítica histórica também conseguiu caracterizar o cristianismo primitivo como um conjunto bem mais pluralista e diversificado do que se supunha; mostrou, dessa forma, que o cristianismo, nas origens, era teologicamente mais rico que imaginávamos, evidenciando que a necessidade de ecumenismo não existe somente a partir de alguns decênios, mas é inerente à pluralidade da fé e de suas correspondentes convicções.

Apesar desses e outros inestimáveis avanços alcançados pela crítica histórica, os seus pressupostos, quando usados de forma absolutizada, evidenciam-se como incompatíveis com o caráter da revelação bíblica. Isto vale, sobretudo, em relação ao critério da "analogia". Este, uma vez radicalizado, praticamente impediria a admissão de revelações divinas únicas ou excepcionais, como a ressurreição de Jesus. Além disso, o princípio da analogia também é por demais subjetivo, já que só admite como verdade aquilo que cada indivíduo pode experimentar ou constatar pessoalmente. Seria uma insensatez querer elevar à condição de não-fatual tudo aquilo que excede os limites de nossa experiência pessoal. A verdade excede em muito nossas experiências subjetivas³⁴!

Além de uma aplicação abusiva de pressupostos como o da analogia, o método histórico-crítico tem sido censurado ainda por uma série de outras razões³⁵. Entre estas destacamos:

1-1 Cultiva *uma academicidade* alheia à maioria dos integrantes das comunidades, criando barreiras entre teólogos ou teólogas e o povo leigo. O exegeta histórico-crítico tende a uma atitude de arrogância face a outras ou outros colegas considerados "ingênuos" ou conservadores. Favorece uma espécie de idolatria do intelecto e de tudo o que é racional e racionalizável, em detrimento de outros modos de percepção da realidade. Muitas vezes um estudo racional dos textos anda paralelamente a um aumento das dúvidas de fé.

D Apresenta *resultados* sempre parcialmente questionáveis, ou seja, não oferece a segurança desejável em suas proposições.

D Por pressupor uma certa *autonomia do intérprete* frente ao texto bíblico como documento histórico, pode levá-lo facilmente a esquecer de que o texto bíblico não quer unicamente ser interpretado por pessoas, mas também interpretá-las. Ou seja: a análise crítica pode tender a assenhorear-se do texto. O resultado é que se interpreta o texto, mas não se escuta mais nele uma interpelação para a nossa vida. A Bíblia, nesses casos, pode tornar-se extremamente interessante, mas pouco relevante para a vida.

Q Percebem-se *poucos resultados práticos* para a aplicação da mensagem do texto à vida das pessoas. Muitos pesquisadores e pesquisadoras entendem, inclusive, que a pergunta pela aplicabilidade de um texto não é tarefa da exegese, mas da homilética. Em decorrência, limitam a tarefa da exegese histórico-crítica ao esclarecimento do sentido original do texto, sem considerar o seu significado dentro da vida atual da pessoa crente³⁶.

Q Vários pesquisadores têm apontado para o *historicismo* como a maior falácia deste método. De fato, em muitos manuais de exegese, tem-se a impressão de que a interpretação histórico-crítica se reduz a uma mera apuração histórica do primeiro sentido de um texto, tornando-o prisioneiro de um passado remoto³⁷.

Q Seguidamente intérpretes do método entendem "histórico" segundo o modelo da arqueologia. Este parte do pressuposto de que as camadas que se agregaram posteriormente a um estrato primitivo da tradição são secundárias e, como tais, de menor valor. O método contribui, assim, para uma valorização única e exclusiva daquilo que é primário e original numa tradição, desprezando todo o rico processo de seu posterior desenvolvimento³⁸.

A despeito dessas posições contrárias ou relativizadoras, o presente manual reserva o seu principal espaço para a apresentação e avaliação desse método, sobretudo pelas seguintes razões:

a) A dimensão *histórica* propugnada pelo método traz uma série de vantagens, dentre as quais destacamos:

- Ela leva a sério que os textos bíblicos são expressão da revelação divina à humanidade em situações históricas bem concretas e definidas. Por estarem distantes de nós como intérpretes, estas carecem de estudo e aprofundamento especiais, para que possam ser devidamente entendidas.
- Uma análise de textos preocupada com sua gênese histórica e contextual evita a prática prejudicial de extrair sentido de textos de forma seletiva e arbitrária, sem consideração do contexto original dentro do qual esse sentido foi inicialmente formulado e aplicado. Esta é uma prática corrente em seitas, que priorizam e instrumentalizam unicamente aqueles textos e versículos que coincidem com os seus pontos de vista.
- O estudo sério e cuidadoso da intenção histórica original dos textos protege-os contra a fácil manipulação do seu sentido por interesses ou interpretações subjetivas ou, então, determinadas por posições ideológicas ou de classe social. É o que acontece com muitas pessoas ou grupos que, desconsiderando o sentido original dos textos, procuram atualizá-los diretamente para a situação de hoje. Ou, então, com pessoas da classe alta que se regozijam com o amor de Cristo por um jovem rico (Mc 7.21a), olvidando os compromissos vinculados a este amor para com os pobres (Mc 7.2 Ib).
- O estudo da evolução histórica dos textos bíblicos nos torna mais sensíveis para a rica pluralidade que representam os seus diversos estágios de conteúdo.
 - b) O fato de o método não ser só de cunho histórico, mas também *crítico*, oferece vantagens adicionais, entre as quais podem ser citadas as seguintes:
 - A leitura crítica dos textos pode significar um corretivo sadio para o enquadramento unilateral dos mesmos em certos dogmas ou em doutrinas fechadas. Klaus Berger, por exemplo, é da opinião de que a exegese pode oferecer corretivos sadios para alternativas inapropriadas, como, p. ex., graça divina ou ação humana, Deus amoroso ou Deus juiz, pecado pessoal ou estrutural, providência divina ou liberdade humana, eleição de Israel ou da Igreja cristã³⁹.
 - Uma atitude crítica na interpretação evita falsas harmonizações de posições ou correntes teológicas em tensão ou conflito dentro do cristianismo das origens. A crítica permite-nos uma melhor visão da diversidade e pluralidade de teologias, cristologias e posições assumidas dentro da Bíblia.
 - A crítica aos autores bíblicos leva a sério a sua condição de testemunhas humanas da revelação de Deus. Não podemos ser impedidos - em princípio - de averiguar criticamente posições de apóstolos ou evangelistas, se o próprio Paulo não deixou de criticar Pedro (Gl 2.1ss) e se o próprio Jesus não deixou de criticar também os seus discípulos (cf. Mc 4.40; 8.17-21,33; 10.35-45; 14.27-31), a sagrada tradição dos anciãos (Mc 7.8-13) e o próprio AT (p. ex.: Mt 5.27ss,33ss,43ss; Mc 7.15; 10-1ss).
 - A crítica histórica ajuda-nos a entender melhor a Bíblia como livro de expressão de fé, oportunizando uma diferenciação sadia entre o que pode ser considerado como histórico-fatual e aquilo que, revestido de forma histórica, procura dar testemunho de verdades cridas e vividas no discipulado. Pode-se duvidar, p. ex., de o mundo ter sido criado - de fato - em seis dias, como nos

relata a história da criação. Mas significa isto que aquilo que seus autores quiseram expressar com este revestimento histórico não é verdade de fé? Devemos colocar a ênfase no número de dias ou no fato de a Escritura afirmar ter sido Deus o responsável pela criação? O método histórico-crítico, portanto, não defende um puro historicismo nem objetiva unicamente o exame da veracidade fatural das narrativas dos textos. A crítica procura ir às origens históricas do texto, mas não se esgota nesta verificação. "Crítica" significa, aqui, fazer uso de um juízo sadio que busca realmente as raízes dos textos, seja como eventos históricos que, de fato, ocorreram, seja como expressão de crenças e esperanças que cabia proclamar.

A partir do exposto esperamos ter deixado claro que "crítica" não é algo que deva ser associado a uma disposição negativa nas pessoas. É exatamente o contrário, como escrevem Cervo/Bervian:

A consciência crítica levará o pesquisador a aperfeiçoar seu julgamento e a desenvolver o discernimento, capacitando-o a distinguir e separar o essencial do acidental, o importante do secundário. Criticar é julgar, distinguir, discernir, analisar para melhor poder avaliar os elementos componentes da questão.⁴⁰

De forma semelhante se expressa Joseph A. Fitzmyer:

Esse método (...) chama-se "crítico" não por criticar a Bíblia ou procurar descobrir erros em seu texto, mas porque usa critérios científicos para julgar o texto o mais objetivamente possível, no que diz respeito aos aspectos históricos e literários, empregando todos os estilos de crítica literária (de textual a redacional), e para comentá-lo como expressão do discernimento humano. É analítico porque se esforça para possibilitar ao leitor entender a intenção que os autores antigos expressaram em seus textos e "perceber melhor o conteúdo da revelação divina" que os textos bíblicos preservam e transmitem.⁴¹

3.0 - Aproximação ao texto

A exegese inicia com um primeiro contato entre o texto e seu ou sua intérprete. Este primeiro contato será uma mescla de meditação e interrogação. A aproximação ao texto se realiza através de:

- Leitura atenta do texto em uma tradução portuguesa de uso cotidiano. Podem seguir-se também leituras de outras versões disponíveis.
- Meditação sobre o significado do texto para o leitor ou leitora. Estes poderão perguntar-se: qual a primeira impressão que o texto provoca? O que ele comunica para mim nesta primeira leitura? Que associações e sentimentos provoca em minha pessoa? Há empatia entre o que o texto diz e aquilo que penso e creio? Tenho sentimentos de contrariedade em relação a algo do texto? Há coisas com as quais não posso concordar ou que acho incorretas?
- Outro tipo de perguntas que se pode fazer refere-se à área do conhecimento. Quais são os elementos ou conteúdos apresentados que conheço ou desconheço? Que detalhes no texto caberia aprofundar para entendê-lo ainda melhor?

- Por fim, uma aproximação ao texto engloba também reflexões sobre a sua mensagem e seu significado pessoal, eclesial e social. O leitor ou a leitora poderão perguntar-se: que mensagem quer o texto comunicar para mim pessoalmente, para minha Igreja e para a sociedade em que atuo? Que ideias ou práticas defende? Quais critica e por quê? Que implicações traz a mensagem do texto para a vivência de minha espiritualidade pessoal, eclesial e sócio-política⁴² ?

Observação: A riqueza desta primeira aproximação ao texto será tanto maior, quanto mais pessoas puderem ser convidadas para participar da reflexão. Uma aproximação coletiva ao texto dará uma representatividade comunitária às perguntas iniciais que formulamos e que ele nos coloca.

Essa primeira aproximação vai iniciar nosso diálogo com o texto, expondo como o entendemos, as perguntas que levanta, as dúvidas que suscita e a mensagem que encerra num contato inicial. É importante que essas primeiras interrogações, dúvidas e mensagens do texto sejam anotadas por escrito, para que possam ser comparadas com a interpretação posterior. Uma boa exegese levará tais perguntas a sério e procurará ser sensível a elas. A anotação das dúvidas também favorece o processo de controle e revisão no final da exegese. Esse processo procurará responder a questões como: quais as dúvidas e interrogações iniciais que foram realmente aclaradas? Quais ainda carecem de esclarecimento e por quê? Em que sentido o estudo científico do texto ajudou a esclarecer as questões que a leitura intuitiva despertou no primeiro momento? Em que medida o estudo científico do texto colocou novas questões, que não haviam sido percebidas na leitura inicial? O estudo científico do texto apresentou novidades para mim? Quais foram?

4.0 - Bibliografia selecionada

4.1 - Manuais de exegese

- BERGER, K.** *Exegese des Neuen Testaments*. Heideiberg: Quelle & Meyer, 1977.
- BUZZETTI, C.** *4 x 1. Um único trecho bíblico e vários "fazeres": guia prático de hermenêutica e pastoral bíblica*. São Paulo : Paulinas, 1998.
- CONZELMANN, H., LINDEMANN, A.** *Arbeitsbuch zum Neuen Testament*. 2. ed. Tübingen :J. C. B. Mohr, 1976.
- EGGER, W.** *Metodologia do Novo Testamento: introdução aos métodos linguísticos e históri-co-críticos*. São Paulo : Loyola, 1994.
- HAYES, J. H., HOLLADAY, C. R.** *Biblical Exegesis : A Beginner's Handbook*. Atlanta : John Knox, 1982.
- KRÜGER, R., CROATTO, J. S.** *Métodos exegéticos*. Buenos Aires : EDUCAB, 1996.

ROLOFFJ. *Nenés Testament*. i. ed. Neukirchen : Neukirchener, 1979. SILVA, C. M. D. da et alii. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo : Paulinas, 2000.

ZIMMERMANN, H. *Los métodos histórico-críticos en el Nuevo Testamento*. Madrid : Biblioteca de Autores Cristianos, 1969.

4.2 — Textos com exegeses selecionadas

Todo principiante no trabalho exegético forçosamente deparar-se-á, mais cedo ou tarde, com inseguranças relativas ao modo de proceder. O presente manual optou, por esta razão, apresentar após cada passo exegético um exercício prático. O texto escolhido foi o de Mc 2.15-17. Esses exercícios visam dar ao intérprete orientações básicas sobre modos de procedimento possíveis. Eles não são pensados para servir de padrão, mas somente de orientação e estímulo. Cada intérprete haverá de encontrar a sua própria maneira de apresentar os resultados da pesquisa realizada.

Exercícios exegéticos em textos selecionados são também apresentados por alguns manuais de exegese e monografias. Uma consulta aos mesmos é de extrema importância para que os estudantes possam perceber a variedade e riqueza de estudos exegéticos em textos bíblicos. Recomendamos, em especial, os seguintes livros:

BUZZETTI, C. *4 x 1. Um único trecho bíblico e vários "fazer"*. São Paulo: Paulinas, 1998. p. 131-269 (com exegese completa de 6 textos, 3 do AT e 3 do NT).

TRILLING, W. *O anúncio de Cristo nos evangelhos sinóticos*. 2. ed. São Paulo : Paulinas, 1981. (Apresenta a exegese de 10 textos dos evangelhos sinóticos, com indicações práticas para a pregação e catequese).

W. AÃ. *Como lera Bíblia: "laboratório" da ciência bíblica: métodos, técnicas, interpretação*. São Paulo : Paulinas, 1983. (Contém exegeses de textos do AT e NT).

ZIMMERMANN, H. *Los métodos histórico-críticos en el Nuevo Testamento*. Madrid : Biblioteca de Autores Cristianos, 1969. (Apresenta exercícios práticos para os principais passos exegéticos com uma variedade de textos).

Para a exegese de milagres, recomendamos a leitura do artigo de G. BRAKEMEIER, A cura do paralisado em Cafarnaum (Mc 2.1-12): uma exegese. *Estudos Teológicos*, v. 23, n. 1, p. 11-41, 1983.

4.3 — História da exegese e apresentação de alguns métodos de leitura

ARTOLA, A. M., CAROJ.M.S. *A Bíblia e a palavra de Deus*. São Paulo: A M Edições, 1996.

BARRERA, J. T. *A Bíblia judaica e a Bíblia cristã: introdução à história da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 593-692.

BERKHOF, Louis. *Princípios de interpretação bíblica*. 2. ed. Rio de Janeiro :JUERP, 1981. p. 15-42.

BOLETÍN TEOLÓGICO (*Revista da Fraternidad Teológica Latinoamericana*), v. 27, n. 58, jun. 1995 (com várias contribuições).

- GILBERT, P. *Pequena história da exegese bíblica*. Petrópolis : Vozes, 1995.
- LA CASA DE LA BÍBLIA (Equipe). *Leitura bíblica em grupo : doze roteiros para uma leitura orante*. São Paulo : Paulinas, 2002.
- MOSCONI, L. *Para uma leitura fiel da Bíblia*. São Paulo : Loyola, 1996.
- SOARES, S. A. G. (Org.). *Curso extensivo de formação de biblistas: pistas para análise de textos*. São Leopoldo : CEBI, 1998.
- ZUCK, R. B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo : Vida Nova, 1994. p. 31-67.

4.4 — Orientações confessionais

As orientações confessionais vêm usualmente embutidas nos manuais de hermenêutica bíblica e de dogmática. Em relação à posição da Igreja Católica, recomenda-se a leitura de: FITZMYER, J. A. *A Bíblia na Igreja*. São Paulo : Loyola, 1997. HEREDÍA, F. M. *A Bíblia, palavra profética*. Petrópolis : Vozes, 1996.

- PONTIFÍCIA COMISSÃO BÍBLICA : *a interpretação da Bíblia na Igreja*. São Paulo : Loyola, 1994. (O livro traz anexado o texto da *Dei Verbum*).
- POTTERIE, I. de Ia et alii. *Exegese crista hoje*. Petrópolis : Vozes, 1996.

Neste contexto, recomendamos exemplarmente alguns manuais de hermenêutica bíblica de várias confissões, como, por exemplo:

- BARROWS, E. P. *Princípios de interpretação da Bíblia*. 2. ed. Rio de Janeiro : Centro Cristão de Literatura, 1962.
- BERGER, K. *Hermenêutica do Novo Testamento*. São Leopoldo : Sinodal, 1999.
- BERKHOF, L. *Princípios de interpretação bíblica*. 2. ed. Rio de Janeiro : JUERP, 1981.
- GILHUIS, P. *Como interpretar a Bíblia : introdução à hermenêutica*. Brasília : Livraria Cristã Unida, 1978. 2 v.
- GUSSO, A. R. *Como entender a Bíblia?: orientações práticas para a interpretação correta das Escrituras Sagradas*. Curitiba : A. D. Santos, 1998.
- JOBLING, D. et alii (Org.). *A Bíblia pós-moderna: Bíblia e cultura coletiva*. São Paulo : Loyola, 2000. LADD, G. E. *The New Testament and Criticism*. Grand Rapids : Wm. B. Eerdmans, 1967.
- MARTÍNEZ, J. M. *Hermenêutica bíblica : como interpretar as Sagradas Escrituras*. Barcelona: CUE, 1984.
- MESTERS, C. *Deus, onde estás?* 6. ed. Belo Horizonte : Vega, 1983.
- . *Por trás das palavras: um estudo sobre a porta de entrada no mundo da Bíblia*. Petrópolis: Vozes, 1974.
- VIERTEL, W. E. *A interpretação da Bíblia*. Rio de Janeiro :JUERP, 1975. WEDER, H. *Neutestamentliche Hermeneutik*. 2. ed. Zúrich : Theologischer, 1989.

ZUCK, R. B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo : Vida Nova, 1994.

4.5 — Método histórico-crítico

BRAKEMEIER, G. Interpretação evangélica da Bíblia a partir de Lutero. In: DREHER, M. N. (Ed.). *Reúexões em tomo de Lutero*. São Leopoldo : Faculdade de Teologia, 1981. p. 29-48.

DOBBERAHN, F. E. O método histórico-crítico entre idealismo e materialismo. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 28, n. 1, p. 35-56, 1988.

FITZMYERJ. A. *Escritura, a alma da teologia*. São Paulo : Loyola, 1997. p. 15-42.

———. *A Bíblia na Igreja*. São Paulo : Loyola, 1997. p. 19-37.

KONINGSJ. A leitura da Bíblia. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, São Leopoldo, São Bernardo do Campo, n. 32, p. 58-73, 1991.

———. *A Bíblia nas suas origens e hoje*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 191-229.

LADD, G. E. *Crítica dei Nuevo Testamento: una perspecúva evangélica*. Grand Rapids : Mundo Hispânico, 1990.

MARTINEZ, J. M. *Hermenêutica bíblica* (Como interpretar Ias Sagradas Escrituras). Barcelona: CLIE, 1987. p. 87-94.

SCHMIDT, Ervino. Autoridade da Sagrada Escritura e interpretação científica. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo, v. 19, n. 2, p. 85-94, 1979.

VOLKMANN, M., DOBBERAHN, F. E., CÉSAR, E. É. B. *Método histórico-crítico*. São Paulo: CEDI, 1992.

4.6 - Método estruturalista

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. 3. ed. São Paulo : Ática, 1997.

CROATTO, J. S. *Hermenêutica bíblica: para uma teoria da leitura como produção de significado*. São Leopoldo : Sinodal, São Paulo : Paulinas, 1986.

KIRCHOF, Edgar Roberto. *As verdades da criação: uma abordagem estrutural de Gn 1-2,4a*. São Leopoldo : Unisinos, 1999.

W. AÃ. *Iniciação à análise estrutural*. São Paulo : Paulinas, 1983.

ZUCK, R. B. *A interpretação bíblica: meios de descobrir a verdade da Bíblia*. São Paulo : Vida Nova, 1994. p. 157-166.

Em manuais de exegese, a abordagem estruturalista é tematizada, entre outros, por:

EGGER, W. *Metodologia do Novo Testamento*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 23-41 e 71-154.

KRÜGER, R., CROATTO, J. S. *Métodos exeéticos*. Buenos Aires : EDUCAB, 1996. p. 255-281.

SILVA, C. M. D. da et alii. *Metodologia, de exegese bíblica*. São Paulo : Paulinas, 2000. p. 79-

4.7 - Leitura fundamentalista e outros princípios de interpretação bíblica

- TEIXEIRA, A. B. *Dogmática evangélica*. São Paulo: Pendão Real, 1986. p. 16-40.
- DAGG, J. *Manual de teologia*. São José dos Campos : Fiel, 1989. p. 6-27.
- KOEHLER, E. *Sumário da doutrina crista*. Porto Alegre : Concórdia, 1969. p. 7-24.
- KIRSCHNER, E. A. O papel normativo das Escrituras. *Vox Scripturae*, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 2-13, mar. 1992.
- McINTIRE, C. T. Verbete "Fundamentalismo". In: W. A. ELWELL (Ed.). *Enciclopédia histórico-teológica da Igreja Cristã*. São Paulo : Vida Nova, 1990. v. 2, p. 187-190.
- SILVA, C. M. D. da et alii. *Metodologia de exegese bíblica*. São Paulo : Paulinas, 2000. p. 319-323.
- STURZ, R. J. A Palavra que prende e que liberta. *Vox Scripturae*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 3-10, mar. 1991.

4.8 - Leitura popular da Bíblia

- CARROL, M. D. Lecturas populares de la Biblia: su significado y reto para la educación teológica. *Vox Scripturae*, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 131-145, 1995.
- MESTERS, Carlos. *Flor sem defesa : uma explicação da Bíblia a partir do povo*. Petrópolis : Vozes, 1983. —•———. Como se faz teologia bíblica hoje no Brasil. *Estudos Bíblicos*, Petrópolis, n. 1, p. 7-19, 1984.
- MOSCONI, LUÍS. *Para uma leitura fiel da Bíblia*. São Paulo : Loyola, 1996.
- PEREIRA, N. C., MESTERS, C. *A leitura popular da Bíblia: à procura da moeda perdida*. São Leopoldo : CEBI, 1994. (A Palavra na Vida, 73).
- PIXLEY, Jorge. Um chamado a lançar as redes (O novo Protestantismo e a leitura popular da Bíblia). *RIBLA*, Petrópolis, São Leopoldo, n. 10, p. 86-93, 1991.
- RICHARD, Pablo. Leitura popular da Bíblia na América Latina (*Hermenêutica da libertação*). *RIBLA*, Petrópolis, São Paulo, São Leopoldo, n. 1, p. 8-25, 1988.
- SOARES, S. A. G. A leitura da Bíblia. In: ID. (Org.) *Curso extensivo de formação de biblistas : pistas para análise de textos*. São Leopoldo: CEBI, 1998. p. 21-27.
- W. AÃ. Como se lê a Bíblia na América Latina. *Revista de Cultura Bíblica*, São Paulo, n. 45-46, 1988.
- W. AÃ. *Sentimos Deus de outra forma: leitura bíblica feita por mulheres*. São Leopoldo : CEBI, 1994. (A Palavra na Vida, 75/76).
- VÉLEZ, N. A leitura bíblica nas comunidades eclesiais de base. *RIBLA*, Petrópolis, São Paulo, São Leopoldo, n. 1, p. 26-43, 1988.